

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15 / Ago



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1799 | 2017



Prosegur, jogue limpo com os trabalhadores!



Explosão deixou três funcionários feridos (Foto: Maria Romero/G1)

“Na última sexta-feira (11), a imprensa noticiou uma explosão na base da Prosegur em Teresina (PI). Mesmo com o saldo de três funcionários feridos, sem registro de roubo ou ataque externo, a empresa não se pronunciou sobre o caso.

Acontece que, a imprensa, no caso o Portal G1, talvez por falta de aprofundamento ou acesso à informações mais embasadas, não divulgou o real motivo do acidente. Entretanto, a CNTV e a seus sindicatos filiados que não têm rabo preso com patronal, estão aqui para dizer a verdade.

O que aconteceu de fato foi a explosão de um produto chamado Poliuretano, permitido pela Polícia Federal apenas em cofres de carros-fortes. Porém, o produto vem sendo utilizado ilegalmente pela Prosegur e

outras empresas em salas de tesouraria, onde atuam dezenas de trabalhadores e trabalhadoras.

Este produto é altamente tóxico e prejudicial à respiração, além de possuir elevado grau de solidificação.

As tesourarias de empresas de transporte de valores, são lacradas externamente, por isso, em caso de explosão nesses locais, o prejuízo aos trabalhadores seria imensurável, podendo ocorrer uma verdadeira tragédia. Esta não é a primeira vez que explosões decorrentes do SIPE acontecem. Foram registrados casos no Rio grande do Norte, Amazonas e outros.

A CNTV e o SINDFORT/RN já reivindicaram à Coordenação Geral de Segurança Privada da Polícia Federal a fiscalização da base da Prosegur no Rio Grande do Norte.

Se a utilização deste produto em cofres já é motivo de preocupação para os vigilantes, imagine nas bases, sem EPI e com dezenas de trabalhadores confinados. Por isso, com mais este acidente em Teresina, ainda nesta terça-feira (15) vamos protocolar aqui, em Brasília, um novo pedido de fiscalização.

A Prosegur não pode continuar utilizando produto ilegal sem o mínimo de cuidado com os trabalhadores”.

Prosegur, jogue limpo com os vigilantes!

José Boaventura - Presidente CNTV

OCDE faz chamado a Prosegur para melhorar direitos trabalhistas na América Latina



A empresa de segurança privada Prosegur, passou anos sob a lupa OCDE, que desde 2013 analisa o comportamento da empresa espanhola na sequência de alegações de violações contínuas dos direitos humanos e trabalhistas de seus funcionários na América Latina. Particularmente no Brasil, Paraguai, Colômbia, Peru e Chile.

A UNI, Sindicato Global, com sede na Suíça, denunciou esta situação há quatro anos antes do Ponto de Contato Nacional da OCDE (PNC) da Espanha, que acaba de publicar o seu relatório final sobre o assunto.

Um problema que UNI também levou a outros organismos internacionais, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU ou a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Depois que a empresa recusou-se a participar de um processo de mediação formal em 2015, a organização agora insta Prosegur a realização de “diligências em seus devidos ramos latino-americanos.” Isto significa que “a empresa deve garantir que as violações de direitos humanos identificadas pela UNI sejam investigadas e, se necessário, para resolver estes problemas e evitar que se

repetam no futuro.”

Especificamente, as alegações do sindicato global referem-se a uma “cultura de extrema hostilidade contra os direitos dos trabalhadores, incluindo demissões sem justa causa, a discriminação, intimidação e até mesmo ameaças de violência contra os trabalhadores”, observa a UNI.

As queixas de violência e ameaças contra sindicalistas na Colômbia Prosegur veio para a Califórnia há dois anos. Como parte de uma das maiores feiras de segurança privada no mundo. Os funcionários da empresa protestaram e solicitaram proteção do Consulado Espanhol para o líder sindical da Prosegur em Medellín (Colômbia), desde que ele e sua esposa tinham recebido ameaças de morte contra o funcionário da Prosegur.

O PNC quer monitorar o cumprimento de suas recomendações e a Prosegur tem um ano para apresentar um relatório detalhando as medidas tomadas sobre o caso. Além disso,

exige que a empresa crie um processo para assegurar o respeito aos direitos humanos em todas as suas operações, incluindo o direito de formar um sindicato.

Por outro lado, o relatório publicado pela OCDE, várias organizações sindicais como a UGT, USO ou Comisiones Obreras, apontam para a opacidade da Prosegur, que solicitou confidencialidade para PNC sobre os mecanismos já existentes para resolver este conflito laboral que se arrasta há anos.

Durante o processo de investigação, o Secretário Adjunto da UNI, Christy Hoffman, disse que a empresa tinha resolvido alguns problemas específicos, mas “não culpou o endereço local e, de fato, tem o orgulho de seu modelo descentralizado das relações trabalho, dando luz verde para o desmantelamento dos sindicatos”.

Fonte: El Economista



Amaro Pereira: Fetrapesp precisa avançar no processo de negociação coletiva



Amaro Pereira Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri

O estado de São Paulo tem 24 Sindicatos de Vigilantes, entre eles o nosso, de Barueri. Na Campanha Salarial, cada Sindicato define suas pautas prioritárias e apresenta à Federação dos Vigilantes (Fetrapesp). A Federação é responsável por organizar a definição de uma pauta única e dar encaminhamento às reivindicações da categoria junto ao Sindicato Patronal. Temos sido muito duros, muito críticos a algumas ações da Fetrapesp, mas no sentido de construção, de aperfeiçoamento para a categoria. Acima de tudo, sou vigilante.

Aqui em Barueri, nosso Sindicato tem aprovado boas pautas para a Campanha Salarial, que representam os anseios da categoria. Mas quando a gente vai para a Federação, responsável pelas negociações coletivas junto ao setor patronal, o jogo muda. A gente percebe que algumas pessoas têm dificuldade de enfrentar o setor patronal. Este é um caminho errado. Ou a gente mostra para o que viemos ou vamos ser engolidos

pelo Sindicato Patronal.

É lamentável que, na negociação coletiva, alguns presidentes de Sindicatos não têm defendido aquilo que a base aprovou, defendem apenas o que o presidente da Federação quer. Isso tem gerado perdas significativas. Para mudar essa realidade, é fundamental uma participação maior do trabalhador junto a seu sindicato.

Uma das principais críticas é que o presidente da Fetrapesp não tem sido transparente nas negociações coletivas, e não se abre ao diálogo, não está ativamente presente junto à categoria. Ninguém conhece o presidente da Federação. O trabalhador não conhece o cara que é o mandatário da segurança privada no estado. Precisamos ter mais transparência, mais lisura nesse processo e democraticamente envolver todos os trabalhadores.

Esse modelo como a Federação tem conduzido o processo de negociação coletiva está fadado ao fracasso. Tem mais de 20 anos que o vigilante não tem ganho nenhum. Esse modelo de conduzir o processo não está funcionando e a gente precisa entender que é preciso avançar.

Repito que as críticas são construtivas, no sentido de fazer nossa categoria ser valorizada, o que não tem acontecido. Afinal, acima de tudo, sou vigilante. E com muito orgulho!

Fonte: Visão Oeste

Sindivigilantes do Sul realiza debate sobre Reforma Trabalhista



Advogado do Departamento Jurídico explicou mudanças na CLT

A direção, apoios e funcionários (as) do sindicato tiveram uma importante reunião, sábado (12), para tratar do tema da reforma trabalhista. Foi palestrante o advogado Maurício Vieira da Silva, do Departamento Jurídico do Sindivigilantes do Sul. Ele apresentou as mudanças trazidas pela Lei nº 13.467, que altera a CLT em mais de 100 artigos, e explicou suas repercussões para a categoria e trabalhadores em geral.

“Estão acabando com os direitos que muita gente lutou para conquistar, durante muito tempo, a duras penas, com o suor e até o sangue de muitos trabalhadores e de muitos sindicalistas”, disse o advogado. Quanto aos sindicatos, ele disse que, talvez não num primeiro momento, mas logo, “finalmente, os trabalhadores vão perceber a importância de ter um sindicato forte e uma diretoria na rua, lutando por seus direitos”.

O presidente Loreni Dias explicou que o objetivo da reunião foi esclarecer as dúvidas de quem, no contato com a categoria, precisa estar bem informado sobre estas mudanças. Ele lamentou a aprovação de uma legislação que modifica tão radicalmente a CLT: “No Brasil, estão querendo matar o povo de fome, infelizmente temos um (senador) Lasier Martins e a (senadora) Ana Amélia Lemos, e outros como eles, que estão lá no Congresso só para votar contra os trabalhadores”, afirmou.

Seminário dia 26

Dia 26 de agosto, sábado, a partir das 14 horas, na Igreja Pompeia, na capital, o sindicato promove um seminário para toda a categoria e convidados de outros sindicatos sobre o mesmo tema.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

FESTA DO DIA DO VIGILANTE EM MANAUS



O Clube dos Vigilantes do Sindicato dos Vigilantes de Manaus (SINDEVAM) lotou em comemoração ao Dia Nacional do Vigilante, celebrado em 20 de junho. A festa que reuniu mais de 3 mil trabalhadores, bateu recorde em relação a anos anteriores. No encontro, além de celebrar o dia desta categoria tão importante, sindicalistas, trabalhadores e trabalhadoras tiveram a oportunidade de intensificar a unidade luta.

Como sempre, com todo o empenho e zelo da direção do Sindicato, encabeçada pelo

Presidente Vandeli Bernardo, também diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), a categoria e seus familiares comemoraram as conquistas da última campanha salarial e de outras lutas.

O Presidente da CNTV, José Boaventura, presente ao evento, destacou o grau de companheirismo e união da categoria e alertou sobre o roubo dos direitos promovido pelo governo Temer e patrões. “A chamada reforma trabalhista ataca diretamente os vigilantes, inclusive, autoriza os patrões a aplicarem justa causa em vigilantes que forem reprovados no curso de atualização/reciclagem. Um absurdo. É preciso que todos se organizem para combater a retirada de direitos”, explicou.

Fonte: SINDEVAM

FESTA DO VIGILANTE EM JOÃO PESSOA



A celebração dos vigilantes do estado da Paraíba não foi diferente. Mais de 1 mil vigilantes comemoraram o dia Nacional do Vigilante. Com a presença de diversas entidades sindicais e do vereador Carlos André, a tradicional festa foi o momento para

intensificar a luta por direitos.

O presidente do SINDVIG-PB, Williams dos Santos, parabenizou os trabalhadores e agradeceu pela ampla participação nas lutas do Sindicato.

E para prestigiar os vigilantes e as vigilantes de João Pessoa, o presidente da CNTV também compareceu a esta grande festa e comemorou com os trabalhadores. Entretanto, lembrou para a categoria a necessidade da unidade neste período de retiradas e retrocessos.

Fonte: CNTV

MP que altera nova lei trabalhista deve sair ainda neste mês



“O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que votou contra os interesses dos trabalhadores e contribuiu para a aprovação da reforma trabalhista no Senado (agora Lei 13.467/2017), disse na segunda-feira, durante reunião do conselho diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), que a medida provisória que altera alguns pontos e complementa o texto da nova legislação deverá ser editada ainda em agosto.

O senador afirmou que a MP fará apenas ajustes pontuais em parte das 106 alterações promovidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ao entrarem em vigor, em novembro, já terão sofrido alterações. “Trabalho com a perspectiva de que ainda durante o mês de agosto nós possamos chegar às conclusões sobre esses pontos”, disse Ferraço.

A MP entra em vigor assim que for assinado pelo presidente da República em exercício. Mas, precisa tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado. O prazo legal para a aprovação de MPs no Congresso é de 60 dias, prorrogáveis por mais 60. Caso não seja aprovada nesse período, a MP perde a validade.

Contribuição Sindical

Com atual formação do Congresso, não há chance de haver recuo na questão do fim da contribuição sindical obrigatória. “Não há hipótese de ser descaracterizado o formato ou o escopo do que foi aprovado”, disse senador.

Outras alterações previstas

“Os ‘ajustes’ que devem ser propostos pela MP não alteram a essência da lei, que é a retirada de direitos dos trabalhadores. O empregado continuará sendo tratado como escravo, tendo que pagar multa caso não aceite cumprir o que determina o patrão e as mulheres grávidas poderão trabalhar em locais insalubres. Os benefícios continuam sendo apenas para as empresas. Os trabalhadores terão que se dedicar ainda mais a garantir os lucros dos patrões”, disse Roberto von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “Ajustes não resolvem os problemas desta reforma. Ela precisa ser anulada”, completou.

Entre os pontos que devem sofrer alterações

pela MP, que está em discussão, estão aqueles relacionados à jornada intermitente (jornada de trabalho descontínua, paga por hora), com a inclusão de regras, direitos e responsabilidades tanto de quem contrata como de quem é contratado. O contrato entre as partes poderá incluir cláusulas de reparação recíproca para o caso de descumprimento do que foi acordado. Ou seja, o trabalhador poderá ser cobrado caso não aceite cumprir as regras estabelecidas pelo contratante.

Outro ponto que deve sofrer alteração é a mudança no cálculo da indenização para dano extrapatrimonial, que inclui assédio moral e sexual. Antes, o parâmetro para a determinação do valor da indenização era o salário do empregado. No texto da MP que está em discussão o limite máximo passa a ser calculado com base no benefício máximo pago pelo INSS. Mais um benefício aos empresários.

Com relação aos trabalhadores autônomos, haveria mudança no que tange à chamada cláusula de exclusividade. A empresa que estabelecer que o trabalhador preste trabalho exclusivamente a ela, pode ficar sujeita às regras da subordinação e ao reconhecimento do vínculo empregatício.

Outro ponto ainda em discussão é a proibição de trabalho de grávidas e lactantes em ambientes insalubres. Querem manter a possibilidade de trabalho em ambientes de baixa insalubridade com a desculpa de diminuir as restrições à empregabilidade de mulheres em áreas como a de saúde.

Fonte: Contraf-CUT